Título:	**ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR- DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS DA MULHER AGREDIDA.**		
Autores:	Autor 1 Marina da Silveira Autor 2 Caroline Fockink Ritt Autor 3 Eduardo Ritt Autor 4 Maitê Damé Teixeira Lemos		
Área	[ ] Humanas [x] Sociais Aplicadas [ ] Biológicas e da Saúde [ ] Exatas, da Terra e Engenharias	Dimensão:	[ ] Ensino [ ] Pesquisa [x] Extensão [ ] Inovação

Resumo:

A violência vicária, compreendida como a instrumentalização de filhos ou de outros vínculos afetivos da vítima para fins de controle, ameaça e punição por parte do agressor, configura uma das facetas mais silenciosas e ainda pouco reconhecidas da violência doméstica, razão pela qual este relato examina sua manifestação a partir da prática desenvolvida em projeto de extensão voltado ao acolhimento e à orientação jurídica de mulheres em situação de violência doméstica, atuação realizada junto à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Santa Cruz do Sul, RS. O objetivo central da experiência consistiu em identificar, ao longo dos atendimentos, de que forma a violência vicária se articula com outras modalidades de agressão, notadamente a psicológica e a patrimonial, além de analisar os desafios para a efetivação das medidas protetivas quando crianças são utilizadas como instrumento de coação contra a vítima. Metodologicamente, a atuação pautou-se pela escuta ativa e humanizada das mulheres atendidas, pela orientação jurídica em linguagem acessível sobre direitos e medidas protetivas de urgência entre 2024 e 2026 e pelo encaminhamento das vítimas à rede de enfrentamento, incluindo a Defensoria Pública e o Gabinete de Assistência Judiciária da UNISC. Entre os principais resultados, verificou-se que, em metade das ocorrências acompanhadas, a violência psicológica e a ameaça estavam associadas à utilização dos filhos como moeda de troca em litígios de guarda, divórcio ou partilha de bens, prática que revitimiza a mulher e prolonga o ciclo de controle mesmo após o rompimento do vínculo conjugal. Percebeu-se que a dependência econômica em relação ao agressor é frequentemente utilizada como instrumento de sujeição,

explorando-se a assimetria financeira para chantagear e manter o controle sobre a parte mais vulnerável da relação. Como reflexão central, a experiência reforçou que o combate à violência vicária exige a extensão das medidas protetivas aos filhos, a capacitação continuada dos profissionais da rede de atendimento e a articulação entre autoridade policial, Poder Judiciário e serviços psicossociais, de modo que o suporte jurídico isolado se mostra insuficiente sem esse amparo integral. Concluiu-se que a prática de extensão desempenhou papel relevante como instrumento de empoderamento das mulheres atendidas, ao possibilitar que reconhecessem a instrumentalização dos filhos como forma de violência juridicamente tutelada, evidenciando a necessidade de que políticas públicas e a atuação policial incorporem, de modo mais sistemático, o enfrentamento da violência vicária como etapa indispensável à proteção integral da vítima e à interrupção do ciclo de abuso.

Link do Vídeo:
https://drive.google.com/file/d/1Hoh5N4eEFm3j7PmPgUepTx5bhtv5p27X/view?usp=sharing